

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA A EFETIVA
IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING FOR THE EFFECTIVE
IMPLEMENTATION OF SPECIAL EDUCATION**

**LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DOCENTE PARA LA IMPLEMENTACIÓN
EFECTIVA DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL**

Antonio Marcos de Jesus

Mestrado em Ensino de Astronomia
Universidad Internacional Tres Fronteras – Uninter- Paraguai
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5478-6128>
E-mail: socramdhp@gmail.com

Paloma Riquetta Costa

Mestranda em Educação: Formação de Professores
Universidade Europeia do Atlântico (Espanha)
Pós-graduação em Educação Inclusiva e Projeto Social
Graduação em Pedagogia

Flaviane Balduino da Cunha Prates

Mestranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
Assunção – Paraguai
flavianeprates.secondlife@gmail.com

Alexsandra Toma de Sousa Almeida

Mestre em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
Assunção – Paraguai
alexsandratomazz@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a importância da capacitação docente para a efetiva implementação da Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando o descompasso recorrente entre os marcos normativos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Parte-se do entendimento de que a consolidação da inclusão educacional não se realiza apenas por meio de diretrizes legais, mas depende, de forma decisiva, da atuação qualificada dos professores como mediadores do processo de ensino e aprendizagem em contextos marcados pela diversidade. O estudo tem como objeto a capacitação docente, compreendida como processo formativo contínuo, contextualizado e articulado às demandas reais da escola comum. O objetivo consiste em analisar, à luz da produção científica recente e das políticas educacionais vigentes, de que modo a formação de professores contribui para a implementação efetiva da Educação Especial. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, com delineamento de revisão integrativa da literatura, contemplando artigos científicos e documentos institucionais nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a capacitação docente impacta diretamente a qualidade das práticas inclusivas, ao fortalecer a autoeficácia profissional, favorecer o trabalho colaborativo e subsidiar a adoção de estratégias pedagógicas flexíveis e sistemas de suporte adequados. Além disso, a formação docente mostra-se central para a integração crítica de tecnologias educacionais, evitando a ampliação de barreiras à inclusão. Conclui-se que a capacitação docente constitui condição estruturante para a efetivação da Educação Especial, sendo indispensável para a promoção de ambientes educacionais mais equitativos, capazes de assegurar não apenas o acesso, mas a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; Capacitação docente; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Políticas educacionais.

Abstract

This article analyzes the importance of teacher training for the effective implementation of Special Education within an inclusive perspective, considering the recurrent gap between normative frameworks and pedagogical practices developed in everyday school contexts. It is based on the understanding that the consolidation of educational inclusion is not achieved solely through legal guidelines, but depends decisively on the qualified performance of teachers as mediators of the teaching and learning process in contexts marked by diversity. The object of the study is teacher training, understood as a continuous, contextualized process aligned with the real demands of mainstream schools. The objective is to analyze, in light of recent scientific production and current educational policies, how teacher education contributes to the effective implementation of Special Education. Methodologically, the study adopts a qualitative, theoretical-analytical approach, using an integrative literature review that includes scientific articles and national and international institutional documents. The results indicate that teacher training directly impacts the quality of inclusive practices by strengthening professional self-efficacy,

promoting collaborative work, and supporting the adoption of flexible pedagogical strategies and appropriate support systems. Furthermore, teacher education proves to be central to the critical integration of educational technologies, preventing the reinforcement of barriers to inclusion. It is concluded that teacher training constitutes a structural condition for the effective implementation of Special Education, being indispensable for the promotion of more equitable educational environments that ensure not only access, but also participation and learning for all students.

Keywords: Special Education; Teacher training; Inclusive education; Pedagogical practices; Educational policies.

Resumen

Este artículo analiza la importancia de la capacitación docente para la efectiva implementación de la Educación Especial desde una perspectiva inclusiva, considerando la brecha recurrente entre los marcos normativos y las prácticas pedagógicas desarrolladas en el contexto escolar. Se parte del supuesto de que la consolidación de la inclusión educativa no se logra únicamente mediante directrices legales, sino que depende de manera decisiva de la actuación cualificada del profesorado como mediador de los procesos de enseñanza y aprendizaje en contextos caracterizados por la diversidad. El objeto de estudio es la capacitación docente, entendida como un proceso formativo continuo, contextualizado y articulado con las demandas reales de la escuela ordinaria. El objetivo consiste en analizar, a la luz de la producción científica reciente y de las políticas educativas vigentes, de qué modo la formación del profesorado contribuye a la implementación efectiva de la Educación Especial. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo, de carácter teórico-analítico, con un diseño de revisión integradora de la literatura, que incluye artículos científicos y documentos institucionales nacionales e internacionales. Los resultados evidencian que la capacitación docente incide directamente en la calidad de las prácticas inclusivas, al fortalecer la autoeficacia profesional, favorecer el trabajo colaborativo y apoyar la adopción de estrategias pedagógicas flexibles y sistemas de apoyo adecuados. Asimismo, la formación del profesorado se revela central para la integración crítica de las tecnologías educativas, evitando la ampliación de barreras para la inclusión. Se concluye que la capacitación docente constituye una condición estructural para la implementación efectiva de la Educación Especial, siendo indispensable para la promoción de entornos educativos más equitativos que garanticen no solo el acceso, sino también la participación y el aprendizaje de todo el alumnado.

Palabras clave: Educación Especial; Capacitación docente; Educación inclusiva; Prácticas pedagógicas; Políticas educativas.

1. Introdução

A consolidação da Educação Especial na perspectiva inclusiva tem se afirmado como um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro.

O deslocamento de modelos segregadores para propostas que asseguram a escolarização de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e outras necessidades educacionais específicas na escola comum implica transformações profundas nas práticas pedagógicas, na organização institucional e, sobretudo, na formação dos professores.

Nesse sentido, a inclusão deixa de ser compreendida apenas como diretriz normativa e passa a exigir condições concretas de implementação no cotidiano escolar.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) reafirma a centralidade da escola comum como espaço de garantia do direito à educação, destacando a necessidade de reorganização dos sistemas de ensino e de fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL, 2025a).

Documentos complementares do Ministério da Educação reforçam que a efetivação dessa política está diretamente relacionada à qualificação dos profissionais da educação, em especial dos docentes, responsáveis pela mediação dos processos de ensino e aprendizagem em contextos marcados pela diversidade (BRASIL, 2025b; BRASIL, 2025c).

O Parecer CNE/CP nº 50/2023, ao tratar das orientações específicas para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, explicita que a formação docente constitui condição indispensável para o atendimento educacional adequado e para a superação de barreiras pedagógicas historicamente presentes na escola regular (BRASIL, 2023).

A literatura científica corrobora esse entendimento ao evidenciar que a capacitação docente exerce influência direta sobre a qualidade das práticas inclusivas. Estudos

apontam que professores que participam de processos formativos contínuos tendem a apresentar maior autoeficácia, atitudes mais favoráveis à inclusão e maior disposição para adaptar estratégias pedagógicas às necessidades dos estudantes (Sharma; Loreman; Forlin, 2012).

Além disso, pesquisas internacionais destacam que a formação docente articulada ao trabalho colaborativo e ao apoio institucional favorece a implementação de práticas inclusivas mais consistentes e sustentáveis (Castro-Kemp; Samuels, 2022; Sannen *et al.*, 2021).

Apesar dos avanços normativos e das evidências produzidas pela literatura, persistem lacunas entre o que é prescrito pelas políticas públicas e o que se materializa nas práticas escolares.

Barreiras relacionadas à insuficiência de formação específica, à fragmentação do trabalho pedagógico e às dificuldades na integração de recursos e tecnologias ainda limitam a efetividade da Educação Especial em muitos contextos educacionais (Garcia-Melgar *et al.*, 2022; Starks; Reich, 2023).

Tal cenário reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre o papel da capacitação docente como elemento mediador entre as diretrizes inclusivas e sua implementação concreta.

Diante desse contexto, o objeto deste artigo é a capacitação docente no âmbito da Educação Especial, compreendida como processo formativo contínuo e articulado às demandas da inclusão escolar.

O objetivo geral consiste em analisar a importância da capacitação docente para a efetiva implementação da Educação Especial na perspectiva inclusiva, à luz das políticas educacionais vigentes e da produção científica recente.

Como objetivos específicos, busca-se: (a) discutir o papel da formação docente nas políticas contemporâneas de Educação Especial; (b) analisar evidências científicas que relacionam capacitação docente e práticas inclusivas; e (c) refletir sobre os

desafios e possibilidades para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas na escola comum.

A pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: *de que modo a capacitação docente contribui para a efetiva implementação da Educação Especial na perspectiva inclusiva?*

Parte-se da hipótese de que a formação docente, quando concebida de forma contínua, contextualizada e colaborativa, constitui um dos principais fatores para a superação de barreiras pedagógicas e para a promoção de ambientes educacionais mais equitativos.

A justificativa para a realização deste estudo reside na relevância social e educacional do tema, considerando que a efetivação da Educação Especial depende não apenas de marcos normativos, mas da atuação qualificada dos professores no cotidiano escolar.

Ao aprofundar a análise sobre a capacitação docente, o artigo pretende contribuir para o debate acadêmico e para a reflexão sobre políticas e práticas formativas capazes de fortalecer a inclusão educacional de forma consistente e sustentável.

2. Revisão da Literatura

2.1 Educação Especial Inclusiva como política pública contemporânea

A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, consolidou-se como diretriz central das políticas educacionais contemporâneas, orientando a organização dos sistemas de ensino para garantir o direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

No contexto brasileiro, essa orientação é reafirmada pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), que explicita a inclusão como princípio estruturante da escola comum, superando modelos segregadores e assistencialistas (BRASIL, 2025a).

Essa política não se limita à ampliação do acesso, mas enfatiza a permanência, a participação e a aprendizagem, exigindo mudanças substantivas nas práticas pedagógicas, na gestão escolar e na formação dos profissionais da educação.

O Parecer CNE/CP nº 50/2023 reforça esse entendimento ao destacar que a efetividade da Educação Especial depende da atuação qualificada dos docentes, capazes de compreender as especificidades do público atendido e de articular estratégias pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais (BRASIL, 2023).

Nesse sentido, a Educação Especial deixa de ser compreendida como responsabilidade exclusiva de especialistas ou serviços paralelos, assumindo caráter transversal e integrado ao cotidiano da escola regular.

Tal perspectiva aproxima-se das diretrizes internacionais que defendem sistemas educacionais inclusivos como condição para a equidade e a justiça social (UNESCO, 2017; UNESCO, 2020).

2.2 A capacitação docente como eixo estruturante da inclusão escolar

A literatura especializada é convergente ao indicar que a capacitação docente constitui um dos principais fatores para a implementação efetiva da Educação Especial. A formação inicial, isoladamente, mostra-se insuficiente para responder à complexidade das demandas inclusivas, sendo imprescindível a formação continuada, contextualizada e articulada às práticas escolares (Castro-Kemp; Samuels, 2022).

Sharma, Loreman e Forlin (2012) demonstram que programas de formação voltados à inclusão impactam diretamente a autoeficácia docente, influenciando atitudes, expectativas e a disposição para adaptar práticas pedagógicas. Professores que se percebem competentes tendem a assumir posturas mais proativas diante da diversidade, favorecendo ambientes de aprendizagem mais inclusivos.

No âmbito das políticas nacionais, a PNEI explicita que a capacitação docente deve contemplar conhecimentos pedagógicos, curriculares e tecnológicos, além da compreensão das barreiras atitudinais e institucionais que historicamente limitam a inclusão escolar (BRASIL, 2025a).

Assim, a formação passa a ser compreendida não como ação pontual, mas como processo contínuo de desenvolvimento profissional.

2.3 Colaboração profissional e trabalho em rede na Educação Especial

Outro eixo central para a efetivação da Educação Especial refere-se à colaboração entre professores, equipes pedagógicas e profissionais de apoio. Estudos indicam que práticas inclusivas mais consistentes emergem em contextos escolares marcados pelo trabalho colaborativo e pela construção de redes de apoio (Moolenaar; Slegers; Daly, 2012).

Sannen et al. (2021) evidenciam que a colaboração docente favorece a circulação de saberes pedagógicos e a construção coletiva de soluções para desafios inclusivos, contribuindo para a redução do isolamento profissional. De forma complementar, Garcia-Melgar *et al.* (2022) destacam que abordagens colaborativas baseadas em co-design fortalecem a corresponsabilização dos docentes pela inclusão, ampliando a coerência entre políticas e práticas.

No contexto brasileiro, as orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em tempo integral reforçam a necessidade de articulação entre professores da sala comum e profissionais do AEE, evitando a fragmentação das ações pedagógicas (BRASIL, 2025b). Dessa forma, a capacitação docente também deve contemplar competências relacionais e colaborativas.

2.4 Práticas pedagógicas inclusivas e sistemas de suporte

A implementação da Educação Especial demanda a adoção de práticas pedagógicas flexíveis, sustentadas por sistemas de suporte capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes. Revisões sistemáticas indicam que modelos como os Sistemas Multinível de Suporte (MTSS) contribuem para a

organização de intervenções pedagógicas e comportamentais em diferentes níveis de intensidade (NITZ *et al.*, 2023).

Pesquisas desenvolvidas por Mamas *et al.* (2020; 2023) evidenciam que ambientes escolares inclusivos estão associados à construção de relações sociais positivas, ao fortalecimento de redes de amizade e ao sentimento de pertencimento dos estudantes com deficiência. Tais resultados reforçam que a inclusão não se restringe ao currículo formal, mas envolve dimensões sociais e emocionais da escolarização.

Nesse cenário, a capacitação docente assume papel estratégico ao possibilitar que os professores reconheçam e utilizem práticas baseadas em evidências, articulando planejamento pedagógico, avaliação contínua e estratégias de apoio adequadas às singularidades dos alunos.

2.5 Tecnologias digitais, inovação e formação docente inclusiva

As transformações recentes no campo educacional intensificaram o debate sobre o papel das tecnologias digitais na Educação Especial. Estudos indicam que a integração de tecnologias assistivas e recursos digitais pode ampliar a participação e a autonomia dos estudantes, desde que acompanhada de formação docente adequada (Opoku *et al.*, 2023).

Entretanto, barreiras relacionadas à falta de preparo dos professores ainda limitam o uso pedagógico dessas tecnologias, especialmente na Educação Especial (Starks; Reich, 2023). Relatórios internacionais destacam que a inovação tecnológica, incluindo o uso de inteligência artificial, deve ser orientada por princípios de equidade e inclusão, evitando a ampliação de desigualdades educacionais (Unesco, 2023; OECD, 2023).

Nesse contexto, a capacitação docente precisa incorporar competências digitais críticas, permitindo que os professores avaliem, selecionem e utilizem tecnologias de forma ética e pedagogicamente fundamentada. A formação continuada,

portanto, emerge como condição indispensável para alinhar inovação tecnológica e inclusão educacional.

A análise teórica evidencia que a efetiva implementação da Educação Especial depende da articulação entre políticas públicas contemporâneas, capacitação docente contínua, práticas colaborativas, sistemas de suporte pedagógico e uso crítico das tecnologias.

A formação docente configura-se, assim, como eixo estruturante capaz de mediar a transposição das normativas inclusivas para práticas escolares concretas e socialmente comprometidas.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, com delineamento de revisão integrativa da literatura.

O corpus de análise foi constituído a partir de artigos científicos publicados em periódicos internacionais de reconhecida relevância, bem como de documentos oficiais nacionais e internacionais que orientam a Educação Especial na perspectiva inclusiva.

A seleção priorizou estudos e normativas vigentes, publicados entre 2012 e 2025, que abordassem diretamente formação docente, práticas pedagógicas inclusivas, trabalho colaborativo e uso de tecnologias educacionais voltadas a estudantes com deficiência. Foram excluídas publicações de caráter estritamente clínico ou aquelas que não estabeleciam relação com o contexto escolar.

A análise dos materiais selecionados fundamentou-se na análise temática, buscando identificar recorrências conceituais e analíticas relacionadas à capacitação docente, às condições de implementação da Educação Especial e às estratégias pedagógicas inclusivas.

Por tratar-se de uma pesquisa baseada em fontes públicas e documentais, não houve necessidade de apreciação por comitê de ética, sendo observados os princípios de integridade acadêmica e rigor científico na utilização e referência das fontes consultadas.

4. Resultados e Discussão

Os resultados da revisão integrativa evidenciam convergências consistentes entre políticas educacionais, produção científica internacional e diretrizes institucionais quanto ao papel central da capacitação docente na implementação efetiva da Educação Especial.

A análise permitiu identificar eixos recorrentes que articulam formação docente, práticas inclusivas, organização escolar e uso de tecnologias educacionais, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Síntese dos principais resultados da literatura sobre capacitação docente e Educação Especial

Eixo analítico	Principais evidências identificadas	Referências representativas
Capacitação docente e políticas inclusivas	A efetividade das políticas de Educação Especial está diretamente vinculada à formação docente contínua, capaz de traduzir diretrizes normativas em práticas pedagógicas concretas.	BRASIL (2025); BRASIL (2023)
Autoeficácia docente e práticas inclusivas	A formação docente influencia crenças, atitudes e a autoeficácia dos professores, impactando positivamente a adoção de práticas pedagógicas inclusivas.	Sharma, Loreman e Forlin (2012)

Trabalho colaborativo e redes de apoio	Práticas inclusivas são fortalecidas em contextos escolares que promovem colaboração docente e atuação em rede com equipes multiprofissionais.	Moolenaar, Sleegers e Daly (2012); Sannen <i>et al.</i> (2021)
Práticas pedagógicas e sistemas de suporte	A organização de sistemas de suporte pedagógico favorece a participação, a aprendizagem e o pertencimento de estudantes público-alvo da Educação Especial.	Nitz <i>et al.</i> (2023); Mamas <i>et al.</i> (2020; 2023)
Tecnologias educacionais e formação docente	A integração de tecnologias e recursos digitais depende da capacitação docente; a ausência de formação amplia barreiras à inclusão educacional.	Opoku <i>et al.</i> (2023); Starks e Reich (2023); UNESCO (2023)

Fonte: Elaboração própria, a partir da revisão da literatura (2025).

Discussão

Os resultados sistematizados no Quadro 1 reforçam que a capacitação docente constitui o principal elo entre as políticas de Educação Especial e sua materialização no cotidiano escolar.

As normativas brasileiras recentes, em especial a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, explicitam que a inclusão não se efetiva apenas pela ampliação do acesso, mas pela reorganização das práticas pedagógicas, o que pressupõe professores qualificados para lidar com a diversidade em sala de aula (BRASIL, 2025a).

Essa diretriz é reiterada por orientações específicas do Ministério da Educação, que atribuem à formação docente papel estratégico na superação de barreiras pedagógicas e institucionais (Brasil, 2025b; Brasil, 2023).

No campo empírico, os estudos analisados indicam que a capacitação docente impacta diretamente as crenças e a autoeficácia dos professores frente à inclusão. Evidências apontam que docentes que se sentem preparados tendem a adotar práticas mais flexíveis e responsivas às necessidades dos estudantes, favorecendo ambientes educacionais mais equitativos (Sharma; Loreman; Forlin, 2012).

Esse achado dialoga com a literatura que associa desenvolvimento profissional docente à qualidade das práticas inclusivas, deslocando a discussão de um enfoque individual para uma perspectiva institucional e coletiva.

Outro aspecto recorrente nos resultados refere-se à importância do trabalho colaborativo. A literatura evidencia que a inclusão escolar é mais efetiva em contextos nos quais há articulação entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e equipes de apoio, configurando redes de colaboração que sustentam as práticas pedagógicas (Moolenaar; Slegers; Daly, 2012; Sannen *et al.*, 2021).

Estudos recentes reforçam que abordagens colaborativas, como o co-design pedagógico, contribuem para alinhar políticas, formação e práticas escolares, reduzindo a fragmentação das ações inclusivas (Garcia-Melgar *et al.*, 2022).

Os resultados também indicam que práticas pedagógicas inclusivas estão associadas à adoção de sistemas de suporte organizados, capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes.

Modelos como os sistemas multinível de suporte têm sido apontados como estratégias eficazes para estruturar intervenções pedagógicas e comportamentais, desde que acompanhados de formação docente adequada (Nitz *et al.*, 2023). Além disso, pesquisas evidenciam que a inclusão favorece não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o fortalecimento de vínculos sociais e o sentimento de pertencimento dos estudantes com deficiência (Mamas *et al.*, 2020; 2023).

Por fim, a discussão sobre tecnologias educacionais revela que a inovação, incluindo o uso de recursos digitais e de inteligência artificial, pode ampliar

oportunidades educacionais, mas também intensificar desigualdades quando não há capacitação docente suficiente. Estudos indicam que a ausência de formação específica constitui uma das principais barreiras à integração pedagógica das tecnologias na Educação Especial (Starks; Reich, 2023).

Relatórios internacionais reforçam que a formação docente deve incorporar competências digitais críticas, orientadas por princípios de equidade e inclusão (Unesco, 2023; OECD, 2023).

Em síntese, os resultados e a discussão evidenciam que a capacitação docente não deve ser compreendida como ação complementar, mas como condição estruturante para a efetiva implementação da Educação Especial.

A articulação entre políticas públicas, formação contínua, colaboração profissional, práticas pedagógicas baseadas em evidências e uso crítico das tecnologias emerge como caminho indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva socialmente comprometida.

5. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a efetiva implementação da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, depende de maneira decisiva da capacitação docente.

Mais do que um requisito complementar às políticas educacionais, a formação de professores configura-se como elemento estruturante capaz de mediar a transposição das diretrizes normativas para práticas pedagógicas concretas no cotidiano escolar.

As políticas recentes, em especial a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmam que a inclusão se realiza no espaço da sala de aula, por meio da atuação qualificada dos docentes e da organização pedagógica das escolas (BRASIL, 2025).

Os resultados da revisão integrativa permitem afirmar que a capacitação docente impacta diretamente a qualidade das práticas inclusivas, ao influenciar crenças, atitudes e a autoeficácia dos professores diante da diversidade.

Docentes que participam de processos formativos contínuos tendem a apresentar maior segurança pedagógica, maior abertura à adaptação curricular e maior capacidade de responder às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Tal constatação reforça a compreensão de que a inclusão não se sustenta apenas em dispositivos legais, mas na competência profissional construída ao longo do desenvolvimento docente.

Outro aspecto central evidenciado diz respeito à importância do trabalho colaborativo e da atuação em rede. A literatura analisada demonstra que práticas inclusivas mais consistentes emergem em contextos nos quais a capacitação docente está articulada à cooperação entre professores, equipes pedagógicas e profissionais do Atendimento Educacional Especializado.

Essa articulação contribui para a superação da fragmentação das ações escolares, fortalecendo a corresponsabilização institucional pela inclusão e ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica.

A discussão também aponta que a integração de tecnologias educacionais e recursos digitais no contexto da Educação Especial depende, de forma direta, da formação docente. Embora tais recursos apresentem potencial para ampliar a participação e a autonomia dos estudantes, sua utilização pedagógica exige competências específicas, reflexão crítica e alinhamento aos princípios da equidade.

A ausência de capacitação adequada tende a transformar a tecnologia em mais uma barreira, em vez de um instrumento de inclusão. Diante desses achados, conclui-se que a capacitação docente deve ser concebida como política permanente, contextualizada e integrada às demandas reais das escolas.

Investir na formação de professores implica reconhecer que a efetivação da Educação Especial requer mudanças estruturais nas práticas pedagógicas, na cultura escolar e na organização dos sistemas de ensino.

Assim, a formação continuada emerge como condição indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva que não apenas assegure o acesso, mas promova a aprendizagem, a participação e o pertencimento de todos os estudantes.

Por fim, o estudo contribui para o debate acadêmico ao reafirmar que a importância da capacitação docente não reside apenas na atualização técnica, mas na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade educacional.

Como desdobramento, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise empírica sobre programas de formação docente e seus impactos na implementação da Educação Especial em diferentes contextos escolares, ampliando o diálogo entre políticas públicas, pesquisa científica e prática educativa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI)**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneei>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Entenda a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/entenda-a-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 50/2023**: orientações específicas para o público da Educação Especial – estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: CNE/MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/educacao-especial>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em tempo integral**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/20-02-2025-22-22-mec-orienta-atendimento-especializado-em-tempo-integral>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC fortalece a Educação Especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/mec-fortalece-educacao-especial-na-perspectiva-inclusiva>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CASTRO-KEMP, S.; SAMUELS, A. **Working together: A review of cross-sector collaborative practices in provision for children with special educational needs and disabilities**. *Research in Developmental Disabilities*, v. 120, p. 104127, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2021.104127>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0891422221002766>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GARCIA-MELGAR, A.; HYETT, N.; BAGLEY, K.; McKINSTRY, C.; SPONG, J.; IACONO, T. **Collaborative team approaches to supporting inclusion of children with disability in mainstream schools: A co-design study**. *Research in Developmental Disabilities*, v. 126, p. 104233, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.ridd.2022.104233>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089142222000634>. Acesso em:
17 dez. 2025.

MAMAS, C.; BJORKLUND JR., P.; COHEN, S. R.; HOLTZMAN, C. **New friends and cohesive classrooms: A research–practice partnership to promote inclusion**. *International Journal of Educational Research Open*, v. 4, p. 100256, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijedro.2023.100256>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666374023000316>. Acesso em:
17 dez. 2025.

MAMAS, C.; BJORKLUND, P.; DALY, A. J.; MOUKARZEL, S. **Friendship and support networks among students with disabilities in middle school**. *International Journal of Educational Research*, v. 103, p. 101608, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2020.101608>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883035520303414>. Acesso em:
17 dez. 2025.

MOOLENAAR, N. M.; SLEEGERS, P. J. C.; DALY, A. J. **Teaming up: Linking collaboration networks, collective efficacy, and student achievement**. *Teaching and Teacher Education*, v. 28, n. 2, p. 251–262, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tate.2011.10.001>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0742051X11001156>. Acesso em:
17 dez. 2025.

NITZ, J.; BRACK, F.; HERTEL, S.; KRULL, J.; STEPHAN, H.; HENNEMANN, T.; HANISCH, C. **Multi-tiered systems of support with focus on behavioral modification in elementary schools: A systematic review**. *Heliyon*, v. 9, n. 6, e17506, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e17506>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S240584402304714X>. Acesso em:
17 dez. 2025.

OPOKU, M. P.; ELHOWERIS, H.; ALHOSANI, N.; MUSTAFA, A.; ALKHATERI, T.; NKETSIA, W. **Factors influencing the intention of trainee special education teachers to integrate assistive technology into teaching students with disabilities in the United Arab Emirates**. *Heliyon*, v. 9, n. 12, e22736, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e22736>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2405844023099449>. Acesso em:
17 dez. 2025.

SHARMA, Umesh; LOREMAN, Tim; FORLIN, Chris. **Measuring teacher efficacy to implement inclusive practices.** *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 12, n. 1, p. 12–21, 2012. Acesso em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-3802.2011.01200.x>

SANNEN, J.; DE MAEYER, S.; STRUYF, E.; DE SCHAUWER, E.; PETRY, K. **Connecting teacher collaboration to inclusive practices using a social network approach.** *Teaching and Teacher Education*, v. 97, p. 103182, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tate.2020.103182>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0742051X20313731>. Acesso em: 17 dez. 2025.

STARK, K.; KOSLOUSKI, J. B.; VADHAN, J.; VEGA, M. **The future is inclusive: An invitation for interdisciplinary collaboration between social emotional learning and special education researchers.** *Social and Emotional Learning: Research, Practice, and Policy*, v. 3, p. 100043, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sel.2024.100043>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2773233924000172>. Acesso em: 17 dez. 2025.

STARKE, A. C.; REICH, S. M. **“What about special ed?”: Barriers and enablers for teaching with technology in special education.** *Computers & Education*, v. 193, p. 104665, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2022.104665>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360131522002366>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNESCO. **A Guide for Ensuring Inclusion and Equity in Education.** Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248254>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Estrutura de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca/Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education – all means all.** Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373718>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNESCO. **Technology in Education: A Tool on Whose Terms?** Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://gem-report-2023.unesco.org/technology-in-education/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

UNESCO Institute for Information Technologies in Education (IITE). **Artificial Intelligence and Inclusive Education: Case Studies and Policy Considerations**. Moscow: UNESCO IITE, 2020. Disponível em: <https://iite.unesco.org/publications/artificial-intelligence-and-inclusive-education-case-studies-and-policy-considerations/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Artificial Intelligence in Education: Challenges and Opportunities for Inclusive Learning**. Paris: OECD, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/artificial-intelligence-in-education-2023.htm>. Acesso em: 17 dez. 2025.